

PLANO DIRETOR

2022
2025

2ª REVISÃO

NOVEMBRO DE 2023



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna





PLANO DIRETOR

2022

2025

2ª REVISÃO

NOVEMBRO DE 2023



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna

Expediente

2ª REVISÃO

Novembro de 2023.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

DISPONÍVEL EM

transparencia.stj.jus.br/auditoria-interna/planos-de-auditoria/

CONTATO

auditoria@stj.jus.br
Telefone: (61) 3319-9693

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Ana Paula Santana da Silva

ELABORAÇÃO

Gabinete da Secretaria de Auditoria Interna

Agma Cristina Santos Saraiva Castello

Emília de Abreu Araújo Rodrigues

Jéssica Fernandes de Oliveira

COLABORAÇÃO

Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações

Diocesio Sant'Anna da Silva

Coordenadoria de Auditoria de Pessoal

Rejane Ribeiro Mangabeira

Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão

Eduardo Martins dos Santos

Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação

Wadson Sampaio Pereira

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Alana de Paz Lima Nobre

Mariana Araújo Brito Neves Macedo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação Social

Coordenadoria de Múltiplos Meios

Sumário

1	Introdução	5
2	Metodologia	6
2.1	Metodologia de Planejamento	6
3	Estrutura e funcionamento da Auditoria Interna	8
4	Do mecanismo de supervisão e apoio à unidade de Auditoria Interna	11
4.1	Da Forma de Atuação do Mecanismo	12
4.1.1.	Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça	12
4.1.2.	Comitê de Governança e Coordenação do SIAUD-Jud	13
4.1.3.	Gestores Seniores do Superior Tribunal de Justiça	14
5	Referencial estratégico da Auditoria Interna	17
5.1	Missão	17
5.2	Visão	17
5.3	Valores	17
5.4	Fatores críticos de sucesso	18
6	Diagnóstico situacional	19
6.1	Análise do Ambiente	19
6.2	Projetos Estratégicos e Setoriais	20
6.2.1.	Projeto IA-CM	20
6.2.2.	Projeto Estratégico AUDPREVINE	22
6.3	Universo de Auditoria	23
7	Mapa estratégico	25
8	Objetivos estratégicos da AUD	26
8.2	Perspectiva Processos Internos	27
8.3	Perspectiva Resultados	27
9	Indicadores e metas	28
9.1	Perspectiva Pessoas e Recursos	28
9.2	Perspectiva Processos Internos	29
9.3	Perspectiva Resultados	31
10	Plano de Desenvolvimento do Auditor 2022-2025	33
11	Monitoramento das metas	34
12	Considerações finais	35
Anexo	- Resultado da avaliação do universo de Auditoria	36
A	Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações – CAUC	36
B	Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão – CAUG	39
C	Coordenadoria de Auditoria de Pessoal – CAUP	44
D	Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação – CAUT	46
Anexo	- Plano de Desenvolvimento do Auditor 2022-2025	48
E	PDA 2022-2025	48

1

Introdução

N

os cenários atuais, para fazer face aos novos desafios sociais e econômicos, existe uma preocupação crescente em criar controles eficazes e eficientes, com a finalidade de conferir maior segurança ao funcionamento da administração pública, a qual busca o bem comum e o atendimento das necessidades dos cidadãos.

Com vistas a agregar valor à missão institucional do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que é a de garantir uniformidade na interpretação da legislação federal brasileira, a unidade de Auditoria Interna - AUD tem a incumbência de fornecer os serviços de avaliação, consultoria e conhecimento objetivos baseados em riscos, os quais garantem o apoio necessário à estrutura de governança, à Alta Administração e às unidades tático-operacionais para realização da missão e dos objetivos estratégicos da organização que, frequentemente, são também requisitos constitucionais ou legais.

Para que a AUD cumpra seu propósito, é relevante estabelecer um planejamento periódico, neste caso quadrienal, considerando os objetivos estratégicos do Tribunal. Dito isto, vale registrar que o Plano Diretor foi elaborado nos meses de outubro e novembro de 2021, com base nas diretrizes técnicas da Resolução CNJ n. 309 de 11/3/2020 e no Plano Estratégico STJ 2021-2026, aprovado pelo Conselho de Administração e instituído pela Resolução STJ/GP n. 23/2021.

O presente Plano Diretor tem como propósito divulgar os objetivos e metas da Secretaria de Auditoria Interna para o período de 2022 a 2025. Nele são abordados os temas relacionados a sua atividade-fim e os referentes à gestão da Auditoria Interna no STJ. Trata-se de um documento que contou com a colaboração das unidades auditadas e de todo o corpo gerencial e técnico da Secretaria.

Considerando-se o previsto no art. 34, § 4º da Resolução CNJ n.309/2020, cujo texto diz que

“§ 4º O planejamento da unidade de auditoria interna deve ser flexível, considerando a possibilidade de mudanças no contexto organizacional da unidade auditada, a exemplo de alterações no planejamento estratégico, revisão dos objetivos, alterações significativas nas áreas de maior risco ou mesmo alterações de condições externas”,

Em outubro e novembro de 2023, realizou-se a segunda revisão deste Plano, a fim de alinhá-lo a mudanças contextuais, a saber:

- Mudança de dirigente da Secretaria de Auditoria Interna;
- Rotatividade de pessoal;
- Disponibilidade de recursos e pessoas;
- Ajustes em indicadores setoriais.●

2

Metodologia

2.1 Metodologia de Planejamento

O planejamento da AUD é elaborado e executado tendo como base: a) o comando normativo do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; b) as orientações do Instituto dos Auditores Internos (*The Institute of Internal Auditors – IIA*) do Brasil; e c) o documento “Padrão de Planejamento 2022” desenvolvido pela Secretaria de Auditoria Interna durante a execução do Projeto Estratégico IA-CM (Modelo de Capacidade e Maturidade da Auditoria Interna).

A Resolução CNJ n. 309, de 11 de março de 2020, na sua seção IV, estabelece as diretrizes para o processo de planejamento das unidades de auditoria interna dos órgãos do Poder Judiciário. O artigo 31 da norma em referência recomenda que sejam elaborados o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, a cada quatro anos, e o Plano Anual de Auditoria – PAA. Já o § 1º desse artigo define que esses planos devem ser submetidos à apreciação e aprovação do Presidente ou do Conselho, quando houver.

O IIA Brasil recomenda que o dirigente da Auditoria Interna estabeleça planos baseados em riscos e consistentes com os objetivos da organização, consoante item 2010 do Planejamento das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna.

O Processo de Elaboração do Plano Diretor define e detalha as fases e atividades que compõem o planejamento e resguardam a respectiva qualidade.

O Planejamento da atuação da Auditoria Interna do STJ se materializa em dois instrumentos de perspectivas temporais distintas:

- **Plano Diretor:** estabelece as diretrizes e respectivas metas para um ciclo de 4 (quatro) anos.
- **Plano Operacional:** estabelece o conjunto de ações de avaliação, de consultoria, de gestão e de capacitação da secretaria para o período de 1 (um) ano.

Esse Plano Diretor compreende as iniciativas que a Secretaria de Auditoria Interna conduzirá no período de 2022 a 2025 para dar cumprimento aos objetivos definidos no seu Mapa Estratégico. Foi desenvolvido, observando as seguintes etapas:



3

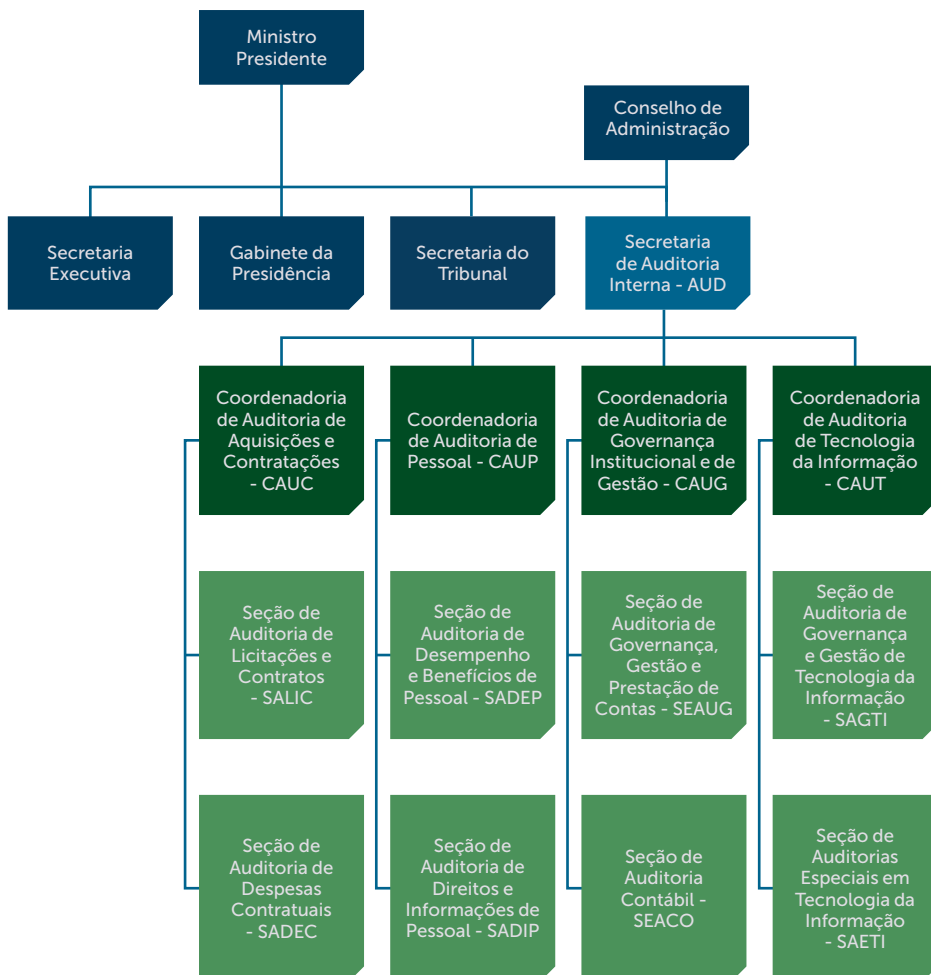
Estrutura e funcionamento da Auditoria Interna

A

A Secretaria de Auditoria Interna, órgão especializado de avaliação e consultoria, vinculado à Presidência do STJ, subdivide-se nas seguintes áreas:

- **Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações – CAUC:** compõe-se de duas seções e é responsável por planejar e propor ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à governança e gestão das aquisições e contratações do Tribunal, exceto as da área de Tecnologia da Informação, bem como supervisionar a execução das auditorias programadas e especiais.
- **Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão – CAUG:** formada por duas seções, tem a atribuição de planejar e propor as ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à governança institucional e gestão do Tribunal, bem como supervisionar a execução das auditorias de contas anuais, as programadas e as especiais.
- **Coordenadoria de Auditoria de Pessoal – CAUP:** composta de duas seções, esta coordenadoria tem a função de planejar e propor as ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à governança e gestão de pessoas no Tribunal, bem como supervisionar a execução das auditorias programadas e especiais.
- **Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação – CAUT:** também se compõe de duas seções na sua estrutura e é responsável por planejar e propor as ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à tecnologia da informação e comunicação, bem como supervisionar a execução das auditorias programadas e especiais.

A figura a seguir demonstra a estrutura da Secretaria de Auditoria Interna:



As quatro coordenadorias e suas seções executam a atividade-fim da AUD, ou seja, realizam as ações de avaliação e consultoria planejadas, dentro de suas áreas de atuação. Ao final de cada trabalho, é elaborado um relatório, no qual a equipe de auditoria declara suas conclusões e propõe ao Secretário o envio de recomendações às áreas auditadas, caso seja oportuno.

Segundo o Estatuto de Auditoria Interna do STJ, a estrutura de controles internos do STJ atua conforme o Modelo das Três Linhas, estabelecido na Declaração de Posicionamento do IIA, a qual atribui de maneira clara a responsabilidade de todos os envolvidos, provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas. A Auditoria Interna executa a 3ª linha, que tem o papel de avaliar a atuação da 1ª linha (gerências das áreas e processos operacionais – coordenadorias, seções e gestores de contratos) e da 2ª linha (áreas responsáveis por estruturar e implantar políticas e supervisionar o funcionamento dos mecanismos – áreas coordenadoras de políticas transversais, comitês e setorial contábil).

Os resultados das avaliações e consultorias feitas pela AUD são apresentados às áreas auditadas, com sugestões de providências para aprimorar os processos e controles, e à Alta Administração, com possíveis melhorias quanto à liderança e à supervisão da governança e da gestão de riscos.

Em síntese, o Modelo das Três Linhas pode ser representado no Tribunal na forma abaixo, consideradas as adaptações do modelo IIA e as disposições da Resolução STJ/GP n. 19/2016:



LEGENDA:



Prestação de contas, reporte.



Delegar, orientar, alocar recursos, supervisão.



Alinhamento, comunicação, coordenação, colaboração.

- 1 Compreende o Diretor-Geral e Secretário-Geral da Presidência.
- 2 Exemplo: Assessoria de Gestão Socioambiental, Secretaria de Gestão Estratégica, entre outras.
- 3 Compreendem os comitês dos subsistemas de governança previstos no art. 5º da Resolução STJ GP n. 19/2016, o Comitê de Segurança Institucional e outros. ●



4

Do mecanismo de supervisão e apoio à unidade de Auditoria Interna

0

item 9.1 do Estatuto de Auditoria Interna do STJ estabeleceu que:

Deverá ser criado pela Alta Administração, com apoio da Auditoria, um processo/mecanismo de supervisão e suporte à unidade de auditoria interna nos termos previstos no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna – IA-CM (Internal Audit Capability Model), desenvolvido pelo IIA.

Assim, visando atender o referido Estatuto, será estabelecido um processo de comunicação e interação com os órgãos de governança, com a Alta Administração e com os gestores seniores do Tribunal visando garantir **supervisão, apoio, feedback e aconselhamentos** que possibilitem à Auditoria Interna atuar de forma independente e objetiva, agregando valor ao negócio da organização.

O objetivo geral do mecanismo é que uma multiplicidade de atores contribua de forma sistemática e disciplinada para o aprimoramento da independência da auditoria, respondendo suas solicitações e **fornecendo feedback construtivo para facilitar o processo de auditoria.**

O envolvimento dessa variedade de **gestores** nas decisões relacionadas à atividade de auditoria contribui para a expansão do **suporte e do escopo da atividade para além de um único indivíduo o que confere maior** independência à unidade.

O presente mecanismo tem como objetivos específicos garantir que as instâncias de supervisão e apoio possam:

- Supervisionar e aconselhar a atividade de auditoria interna;
- Conhecer e avaliar os resultados da atividade de auditoria interna;
- Assegurar que ações apropriadas sejam tomadas para fortalecer sua independência;
- Fornecer feedback construtivo para facilitar o processo de auditoria;
- Ajudar a estender o suporte e o escopo da atividade para além de um único indivíduo;
- Assegurar a independência da auditoria interna.

O mecanismo de supervisão e apoio à unidade de auditoria interna é composto por três instâncias:

1. Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça;
2. Comitê de Governança do Sistema de Auditoria do Poder Judiciário;
3. Gestores Seniores do Superior Tribunal de Justiça.

4.1 DA FORMA DE ATUAÇÃO DO MECANISMO

4.1.1. Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça

O Conselho de Administração é um órgão colegiado de Governança, integrado pelos onze Ministros mais antigos e presidido pelo Presidente do Tribunal, competindo-lhe decidir sobre matéria administrativa da Corte Superior de Justiça.

O Estatuto de Auditoria Interna do STJ estabeleceu que o titular da unidade de auditoria interna se reportará funcionalmente ao Conselho de Administração e administrativamente ao Presidente do Tribunal, na forma estabelecida no art. 4º da Resolução CNJ n. 308/2020.

Assim, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela supervisão funcional da unidade de Auditoria interna.

No âmbito do STJ a supervisão funcional pelo órgão colegiado de governança ocorre em atendimento à Resolução CNJ 308/2020, e será exercida por meio dos seguintes atos:

- a. Apreciar e aprovar o Estatuto de Auditoria Interna;
- b. Apreciar e aprovar o Código de Conduta do Auditor;
- c. Apreciar e aprovar o Programa de Qualidade da Auditoria Interna;
- d. Apreciar e aprovar o Plano Estratégico da Auditoria Interna;
- e. Apreciar e aprovar o Plano Anual de Auditoria;
- f. Apreciar e aprovar o Plano de Capacitação da Auditoria;
- g. Apreciar e aprovar o Relatório de Atividades da Auditoria Interna;
- h. Feedback e aconselhamentos para aprimoramento da atividade.

O Estatuto, o Código de Ética e o Programa de Qualidade serão encaminhados para deliberação do Conselho sempre que houver necessidade de revisão, alteração ou substituição dos documentos atualmente aprovados e vigentes.

O Plano Estratégico da Auditoria Interna será submetido à aprovação até 30 de novembro de cada quadriênio ou na oportunidade de encaminhamento do PAA quando houver necessidade de atualização relevante.

O Plano Anual de Auditoria e o Plano de Capacitação serão submetidos à aprovação do Conselho até 30 de novembro de cada ano.

O Relatório Anual das Atividades desempenhadas no exercício anterior deverá ser encaminhado ao Conselho de Administração até o final do mês de julho de cada ano.

O Relatório Anual das Atividades desempenhadas deverá conter no mínimo:

- I.** O desempenho da unidade de auditoria interna em relação ao Plano Anual de Auditoria, evidenciando:
 - a.** a relação entre o planejamento de auditoria e as auditorias efetivamente realizadas, apontando o(s) motivo(s) que inviabilizou(aram) a execução da(s) auditoria(s);
 - b.** as consultorias realizadas; e
 - c.** os principais resultados das avaliações.
- II.** A declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria, indicando se houve alguma restrição não fundamentada ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação;
- III.** Os principais riscos e fragilidades de controle do tribunal ou conselho, incluindo riscos de fraude, e avaliação da governança institucional.

Como órgão responsável pela supervisão da função auditoria interna, o Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, oferecer aconselhamentos, feedback e solicitar trabalhos de avaliação ou consultoria, visando aprimorar os processos de gestão de riscos, controles e governança da instituição.

4.1.2. Comitê de Governança e Coordenação do SIAUD-Jud

O Comitê de Governança e Coordenação do SIAUD-Jud (CGC SIAUD-Jud) é o órgão técnico do Sistema de Auditoria do Poder Judiciário, presidido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e tem por objetivo uniformizar procedimentos e entendimentos relacionados à auditoria interna.

O referido comitê é composto por representantes de todo o Poder Judiciário, sendo que o titular da auditoria interna do STJ possui vaga permanente no órgão.

Seu principal objetivo é propor ações, medidas e soluções visando uniformizar procedimentos e entendimentos relacionados à auditoria interna.

Tem ainda como competências submeter propostas à Comissão Permanente de Auditoria, avaliar e debater temas relacionados à auditoria interna, estabelecer diretrizes e metodologias, propor ações de capacitação, organizar fórum permanente, efetuar estudos e medidas de integração, criar grupos de trabalho temáticos e tratar dos assuntos técnicos decorrentes das atividades de auditoria interna.

Ou seja, o Comitê é uma importante instância de debates, proposições e padronizações que contribuem para o fortalecimento da independência da auditoria interna do STJ.

4.1.3. Gestores Seniores do Superior Tribunal de Justiça

Para fins deste mecanismo, consideram-se Gestores Seniores o Presidente do tribunal, o Diretor-Geral e o Secretário-Geral da Presidência, bem como os titulares das secretarias e assessorias dessa Corte Superior de Justiça.

Os referidos gestores oferecerão apoio, feedback e aconselhamentos, visando aprimorar a atividade de auditoria por meio dos seguintes atos:

- Participar da priorização dos objetos de auditoria inerentes a sua área de atuação. Previamente à finalização do PAA, os objetos devem ser encaminhados aos gestores seniores para a devida priorização conforme a necessidade da unidade;
- Sugerir ação de avaliação em objetos que julguem agregar valor e aprimorar o processo;
- Solicitar trabalhos de consultoria visando aprimorar os processos de gestão de riscos, controles e governança da organização;
- Oferecer feedback sobre a função da auditoria interna (avaliar se a auditoria agrega valor e contribui para o aprimoramento dos processos). O Feedback ocorrerá a cada dois anos quando da realização da Avaliação Periódica prevista no PAQMAI;
- Oferecer feedback em relação aos trabalhos realizados. O feedback ocorrerá por meio da execução do Programa de Qualidade – PAQMAI, quando da realização do Monitoramento Contínuo, ou seja, ao final de cada trabalho;
- Conhecer e contribuir com o aprimoramento do Plano Anual de Auditoria. O PAA deverá ser encaminhado anualmente aos gestores Seniores, para conhecimento e contribuição de melhorias;
- Conhecer e oferecer feedback em relação ao Relatório Anual de Atividades. O relatório de atividades deverá ser encaminhado anualmente aos gestores seniores para conhecimento, contribuições e feedback.

Os gestores seniores do Superior Tribunal de Justiça, como instância de suporte e apoio a unidade de auditoria interna, poderão, a qualquer tempo, encaminhar sugestões, aconselhamentos e feedbacks com objetivo de contribuir para o aprimoramento da atividade de auditoria interna.

A tabela abaixo sintetiza as instâncias de supervisão, suporte e apoio à unidade de auditoria interna:

MECANISMO DE SUPERVISÃO E APOIO À AUDITORIA INTERNA

INSTÂNCIA DO MECANISMO	FUNÇÃO	FORMA DE CONTRIBUIÇÃO	QUANDO CONTRIBUI
<p>1. Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça</p>	<p>SUPERVISÃO</p>	<p>Apreciar e aprovar do Estatuto de Auditoria Interna</p> <p>Apreciar e aprovar do Código de Conduta do Auditor</p> <p>Apreciar e aprovar do Programa de Qualidade da Auditoria Interna</p>	<p>Sempre que houver necessidade de revisão, alteração ou substituição dos documentos atualmente aprovados e vigentes</p>
		<p>Apreciar e aprovar do Plano Estratégico da Auditoria Interna</p>	<p>Novembro de cada quadriênio ou na oportunidade de encaminhamento do PAA quando houver necessidade de atualização relevante</p>
		<p>Apreciar e aprovar do Plano Anual de Auditoria</p> <p>Apreciar e aprovar do Plano de Capacitação da Auditoria</p>	<p>Novembro de cada ano</p>
		<p>Apreciar e aprovar do Relatório de Atividades da Auditoria Interna</p>	<p>Julho de cada ano</p>
		<p>Feedback e aconselhamentos</p>	<p>A qualquer tempo</p>
<p>2. Comitê de Governança do Sistema de Auditoria do Poder Judiciário</p>	<p>SUPERVISÃO E APOIO</p>	<p>Avaliar e debater temas que objetivem alinhar e harmonizar as práticas e os procedimentos relacionados com as atividades das unidades de auditoria interna dos órgãos jurisdicionados ao CN</p>	<p>Ordinariamente a cada quatro meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou pela maioria de seus membros</p>
		<p>Estabelecer diretrizes para promover padronização e racionalização de procedimentos afetos à realização das avaliações e consultorias</p>	
		<p>Formular propostas de metodologias para avaliação e aperfeiçoamento das atividades</p>	
		<p>Propor ações de capacitação na área de auditoria</p>	
		<p>Organizar fórum permanente destinado a debater temas práticos e teóricos voltados à área de auditoria</p>	
		<p>Efetuar estudos e propor medidas visando promover a integração operacional</p>	

MECANISMO DE SUPERVISÃO E APOIO À AUDITORIA INTERNA

INSTÂNCIA DO MECANISMO	FUNÇÃO	FORMA DE CONTRIBUIÇÃO	QUANDO CONTRIBUI
2. Comitê de Governança do Sistema de Auditoria do Poder Judiciário	SUPERVISÃO E APOIO	Sugerir procedimentos para promover a integração do SIAUD-Jud com outros sistemas da Administração Pública	Ordinariamente a cada quatro meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou pela maioria de seus membros
		Criar grupos de trabalho temáticos, de caráter permanente ou provisório, visando efetuar análise e estudo de casos propostos pelos seus integrantes e/ou órgãos representados, com vistas ao aperfeiçoamento e inovação da auditoria interna do Poder Judiciário	
		Tratar dos assuntos técnicos decorrentes das atividades de auditoria interna	
3. Gestores Seniores do Superior Tribunal de Justiça	APOIO, FEEDBACK E ACONSELHAMENTOS	Participar da priorização dos objetos de auditoria	Previamente à finalização do PAA
		Oferecer feedback sobre a função da auditoria interna	A cada dois anos quando da Avaliação Periódica da Auditoria
		Contribuir em relação ao planejamento estratégico da auditoria	A cada quatro anos quando da elaboração do Planejamento Estratégico da Auditoria
		Oferecer feedback em relação aos trabalhos realizados	Ao final de cada trabalho finalizado (monitoramento contínuo)
		Conhecer e contribuir com o aprimoramento do Plano Anual de Auditoria	Anualmente antes da finalização do PAA
		Conhecer e oferecer feedback em relação ao Relatório Anual de Atividades	Anualmente até o final de julho
		Encaminhar sugestões, aconselhamentos e feedbacks com objetivo de contribuir para o aprimoramento da atividade de auditoria interna	A qualquer tempo

Fonte: Elaboração própria

O presente mecanismo envolve os órgãos de governança, o Presidente, a Alta Administração, os gestores seniores e as unidades auditadas no sentido de obter aconselhamentos e apoio que assegurem maior independência às atividades de auditoria interna que possibilitem o atingimento dos resultados esperados.

5

Referencial estratégico da Auditoria Interna

A

Secretaria de Auditoria Interna baseia-se no plano estratégico do Superior Tribunal de Justiça para elaborar as diretrizes de longo prazo da unidade. Dessa forma, o presente referencial estratégico setorial compreende a missão, a visão e os fatores críticos de sucesso preponderantes para a AUD. Quanto aos valores, adotamos e incentivamos os mesmos partilhados pelo Tribunal: Acessibilidade, Aprendizagem contínua, Comprometimento, Ética, Sustentabilidade e Transparência.

5.1 Missão

Proteger e aumentar o valor do Superior Tribunal de Justiça, fornecendo avaliação, consultoria e conhecimento objetivos baseados em riscos.

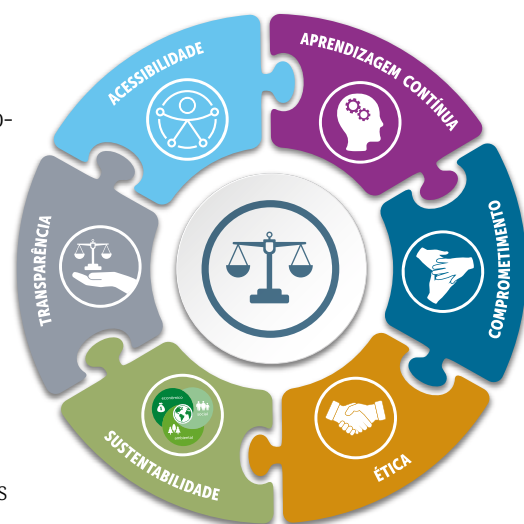
5.2 Visão

Ser reconhecida pelas unidades do Tribunal pela excelência no exercício da atividade de Auditoria Interna e respeitada pelo valor que agrega à gestão dos processos institucionais e à governança do STJ.

5.3 Valores

Os valores que a Secretaria de Auditoria Interna dissemina no exercício de suas funções e relações são os mesmos adotados pelo Tribunal:

- **Acessibilidade:** assegurar os direitos e o pleno exercício da cidadania às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, em igualdade de condições com os demais usuários do STJ;



Fonte: Plano STJ 2021 - 2026

- **Aprendizagem contínua:** assumir a responsabilidade de se desenvolver continuamente, de forma a contribuir para o crescimento pessoal e profissional, bem como para o desempenho organizacional;
- **Comprometimento:** atuar com dedicação, orgulho institucional, empenho e envolvimento em suas atividades;
- **Ética:** agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações;
- **Sustentabilidade:** adotar políticas e práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas;
- **Transparência:** ser transparente nas suas atribuições e relacionamentos, bem como disponibilizar e divulgar informações de maneira clara e tempestiva, de forma a possibilitar a participação e o controle social.

5.4 Fatores críticos de sucesso

São elementos fundamentais para o êxito das atribuições da Secretaria de Auditoria Interna no alcance dos objetivos traçados no mapa estratégico setorial da unidade, bem como são requisitos para o cumprimento da missão de proteger e aumentar o valor do STJ, por meio de avaliação, consultoria e conhecimentos objetivos baseados em riscos:



Objetividade: esse fator fundamenta-se nos pilares da integridade, da responsabilização e da independência. A Auditoria Interna pauta-se pela integridade ao alinhar-se de modo consistente a valores, princípios e normas éticas voltados ao sustento e priorização do interesse público em suas atribuições. A responsabilização está no ato de a Auditoria Interna buscar a demonstração de que os recursos foram geridos e controlados, em conformidade com as leis, para o alcance dos objetivos e metas. É dessa forma que a AUD se consubstancia em fonte objetiva de avaliação e consultoria independente para a governança e a gestão do Tribunal.



Comunicação: A adequada comunicação propicia um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações com outras unidades. Esse fator envolve requisitos relacionados a assertividade, efetividade e alinhamento. A Auditoria Interna busca ser assertiva com as partes interessadas, de forma a promover a eficácia e a efetividade por meio de sua atuação, bem como busca alinhar o conhecimento e as expectativas das equipes e partes em relação aos trabalhos de auditoria.



Alinhamento estratégico: este fator relaciona-se com a busca pela melhoria contínua, o foco em resultados e a significância dos objetos de auditoria. A Auditoria Interna visa a melhoria contínua dos processos de trabalho e dos resultados, planejando sua atuação com base na significância do objeto auditado para a estratégia do Tribunal e de forma alinhada com os planos das unidades e com a estratégia organizacional.●

6

Diagnóstico situacional

6.1 Análise do Ambiente

Em setembro de 2023, o gabinete da Secretaria de Auditoria Interna disponibilizou, para todos os servidores, um formulário *online* com o intuito de levantar a percepção sobre o ambiente interno da AUD a partir da validação, por parte dos respondentes, dos pontos fortes e fracos (fatores internos), e ameaças e oportunidades (fatores externos). Por meio das respostas, foi estruturada a matriz SWOT - *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades), *Threats* (Ameaças), também conhecida como F.O.F.A, em português.

Responderam ao questionário de análise de informações internas 22 dos 36 servidores da AUD (incluídos os gestores), correspondendo a **61,11%** da lotação total da unidade.

Quanto à seleção dos fatores, o resultado considerou os maiores níveis de concordância. A análise confirmou o resultado do levantamento realizado em 2022, alterando apenas a ordem em que aparecem os fatores: dentre os pontos **fortes** da AUD, o comprometimento dos servidores (95,50%) teve destaque, evidenciando a vontade da equipe de entregar bons resultados para a unidade. A qualidade e quantidade dos recursos materiais (90,90%), proporcionadas pelo alto nível da infraestrutura do STJ, foi outro ponto abalizado. Ainda, foram apontadas as condições de trabalho (86,40%), oportunizadas em razão da relação com a chefia e os pares, da organização do trabalho, dos benefícios do órgão e dos recursos ofertados pelo STJ.

No que se refere aos pontos **fracos**, também foram confirmados os fatores do ano anterior. A porcentagem de respondentes que indicou a dificuldade na retenção de talentos, traduzida pela rotatividade de servidores, foi de 95,50% e ultrapassou a ausência de sistema informatizado de Auditoria (81,8%), impondo a necessidade de dedicação excessiva de tempo a atividades que poderiam ser automáticas e a de comunicação interna e externa deficiente (72,70%), evidenciada pela dificuldade de comunicação entre as subunidades da AUD, bem como com as unidades auditadas.

Dentre as **oportunidades** foram identificadas: a troca de experiências com outros órgãos com a atividade de Auditoria Interna estabelecida (100%), possibilitando a aprendizagem e o aumento da maturidade na atuação da AUD, a inovação

tecnológica (100%) para otimizar e aumentar a qualidade técnica dos trabalhos executados e a estruturação e implementação da governança institucional, as quais propiciam práticas de liderança, controle e estratégia voltadas a agregar valor ao resultado do Tribunal. A dificuldade de implementação de consultorias teve um percentual de 50% de respondentes concordantes, o que assegura que a atividade se encontra implementada na AUD, não necessitando ser citada como um ponto desafiador a ser trabalho, e sim, uma atividade a ser mantida nos planejamentos operacionais dos serviços.

Quanto às **ameaças**, apontaram-se: em primeiro lugar, o fator Ingerência na Autonomia da Auditoria Interna (100%), que pode ameaçar a independência de a AUD apontar as deficiências, devido a interferências inadequadas de órgãos externos ao STJ, a alternância na gestão (81,80%), a qual pode impactar a continuidade do desenvolvimento dos trabalhos da Secretaria e as alterações normativas externas ao STJ (77,30%), cujo potencial de alterar os processos de trabalho pode impactar negativamente a área.

A matriz abaixo sintetiza os fatores levantados no ambiente de atuação da Secretaria de Auditoria Interna:



6.2. PROJETOS ESTRATÉGICOS E SETORIAIS

6.2.1. Projeto IA-CM

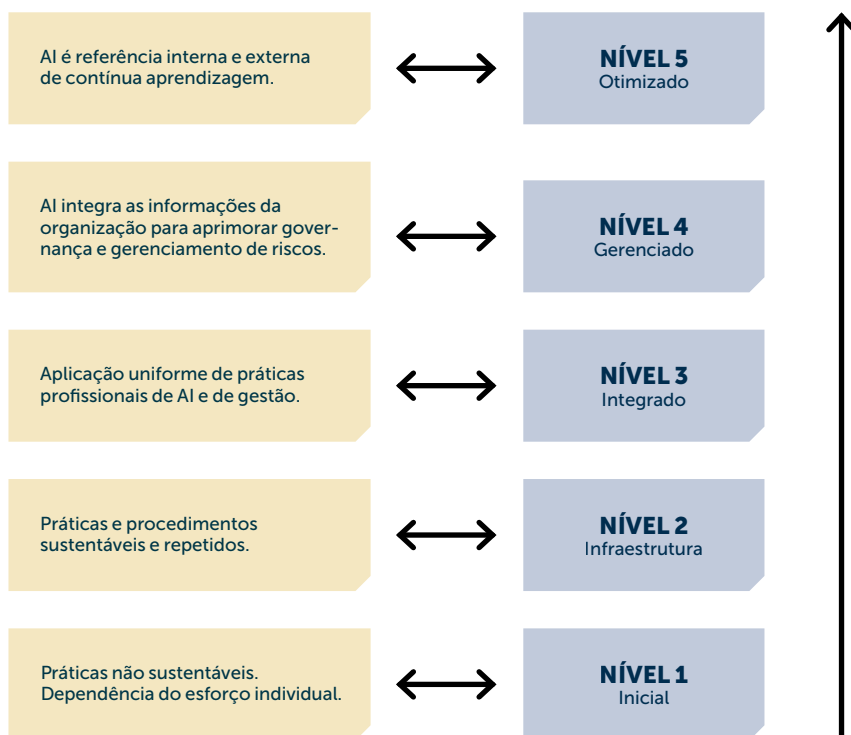
No exercício de 2019, a auditoria do STJ adotou o IA-CM – Modelo de Capacidade de Auditoria Interna como *framework* oficial para medir sua capacidade e aprimorar a atividade da Auditoria Interna do Tribunal.

O IA-CM é uma ferramenta de planejamento estratégico que atua como instrumento de visão e comunicação, tendo como objetivo o aperfeiçoamento organizado de uma unidade de Auditoria Interna do setor público.

O modelo identifica os fundamentos necessários para uma Auditoria Interna eficaz e descreve um caminho evolucionário para as organizações seguirem no desenvolvimento de uma unidade de AI que atenda às necessidades de governança e às expectativas profissionais da instituição.

O modelo mostra as etapas para progredir de um nível típico de auditoria interna de uma instituição menos estabelecida em direção às capacidades sólidas e eficazes de AI, geralmente associadas a uma organização mais madura e complexa, conforme **FIGURA 1** abaixo.

Níveis de Capacidade e conceitos para classificação de auditoria interna do STJ



Fonte: Adaptação de Internal Audit Capability Model (IA - CM) for the Public Sector do IIA-Global.

O planejamento inicial da AUD/STJ era atingir o nível 2, em sua totalidade, até o final de 2020 e o nível 3, até o final de 2022. Com esse propósito, foi aprovado o Projeto Estratégico IA-CM, que agrupa todas as ações propostas a partir do diagnóstico inicial.

Entretanto, desafios advindos principalmente em decorrência da pandemia, obrigou o estabelecimento de um novo planejamento para o atingimento do nível de maturidade desejada.

Para tanto, no período de julho e agosto de 2022, foi realizado um novo diagnóstico, com o objetivo de avaliar os avanços advindos da adoção do modelo e planejar ações necessárias para atingimento do objetivo estabelecido no já referenciado projeto estratégico.

O novo diagnóstico permitiu concluir que 100% das atividades do NÍVEL 2 foram desenvolvidas e institucionalizadas pela AUD/STJ. Quanto ao NÍVEL 3, 73% das atividades estão desenvolvidas e institucionalizada, 23% desenvolvidas, mas não institucionalizadas e 4% ainda não desenvolvidas.

Assim, foi desenvolvido novo plano de ação, constando as atividades necessárias para o atingimento do nível 3 – Integrado, bem como a data final de dezembro de 2024 para a completa institucionalização dos KPAs do referido nível do IA-CM.

Registre-se por fim, que o plano prevê para o final de 2024 a realização de avaliação externa da capacidade da auditoria interna do STJ, utilizando o modelo IA-CM.

6.2.2. Projeto Estratégico AUDPREVINE

Por meio de uma solução de extração, filtragem, análise de dados e resultados/alertas baseados em *machine learning*, a Secretaria de Auditoria Interna submeteu a iniciativa AUDPREVINE, que fora proposta durante a abordagem prática da ação externa de educação “Trilha de Ciência de Dados”, para aprovação do Diretor-Geral, que a incluiu – em julho de 2023 – no portfólio de projetos estratégicos do STJ.

O objetivo do AUDPREVINE é permitir uma maior agilidade e precisão na resolução de problemas, face à automatização de atividades repetitivas. Com o auxílio da solução, será possível:

2. Detectar inconformidades na análise de grandes volumes de dados;
3. Minimizar erros humanos, garantindo a precisão dos registros e dos cálculos financeiros;
4. Realizar o monitoramento dos dados, em tempo real, à medida que são gerados;
5. Programar algoritmos que sigam regulamentos e políticas específicas assegurando que os processos de contratação e custeio estejam em conformidade com as leis vigentes;
6. Simplificar a prestação de contas e a demonstração de conformidade, perante autoridades reguladoras, por meio da geração de relatório sobre o processo de auditoria;
7. Direcionar esforços da auditoria para as áreas de maior risco nos processos de contratação e custeio, identificadas pela IA;
8. Identificar tendências ao longo do tempo, nos padrões de contratação, custos de pessoal e outras métricas relevantes;
9. Reduzir a força de trabalho utilizada para análise manual, concentrando os esforços dos auditores para as análises mais complexas e profundas.

Até o presente momento, foi desenvolvida uma aplicação web que disponibiliza uma análise histórica e quantitativa dos processos de contratação, com possibilidade de filtragens e buscas, além de visualização de histórico de arquivos por tipo dentro de um processo. Esses dados, inclusive, já estão sendo utilizados - ainda que em testes - para auxiliar os servidores da SAD no acompanhamento dos processos do Planejamento das Contratações e Aquisições - PCAq.

No escopo da **Auditoria de Contas** e no acompanhamento da **gestão contratual**, foi desenvolvido um protótipo que separa - a partir de um arquivo PDF do processo - notas fiscais, notas de empenho, relatórios de liquidação e outros documentos correlatos e cruza suas informações em busca de inconsistências, de forma a aumentar o escopo e confiabilidade das análises de **auditoria** requisitadas pelo TCU anualmente (*)

() Em atenção aos princípios da publicidade e da accountability (prestação de contas), no contexto do acompanhamento dos atos relacionados ao processo de contratação e às ações de contexto, o STJ deve – anualmente – prestar contas dos recursos recebidos para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos*

termos da Lei 8.443 de 1992 e IN nº 84 de 2020.

6.3 Universo de Auditoria

Uma importante fase realizada no processo de elaboração deste plano teve por objetivo a identificação do universo de auditoria para os próximos 4 anos.

Em 2021, coube à equipe dos gestores reavaliar os objetos da sua área de atuação, reexaminando os temas e os agrupando quanto aos macroprocessos organizacionais.

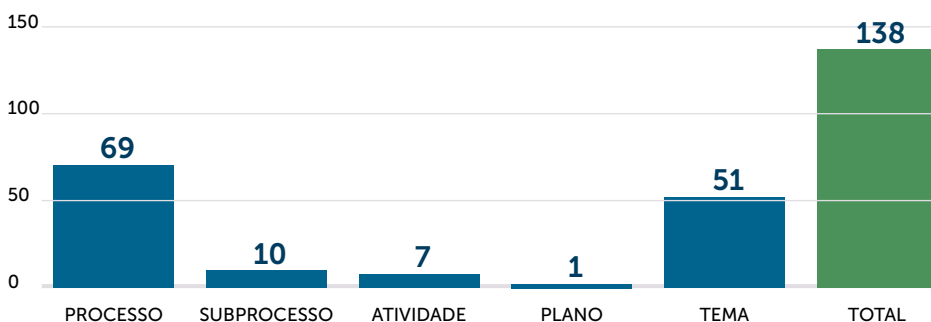
No ano de 2022, utilizando-se a reorganização dos assuntos, foi aplicado o **Questionário de Interesse da Gestão (IGE)** para que as unidades auditadas atribuíssem um grau de importância a cada um dos objetos auditáveis relacionados ao seu negócio.

Como resultado desse processo, seguindo o Método de Avaliação do Universo de Auditoria, foram identificados (com base nos critérios de materialidade, risco e rele-

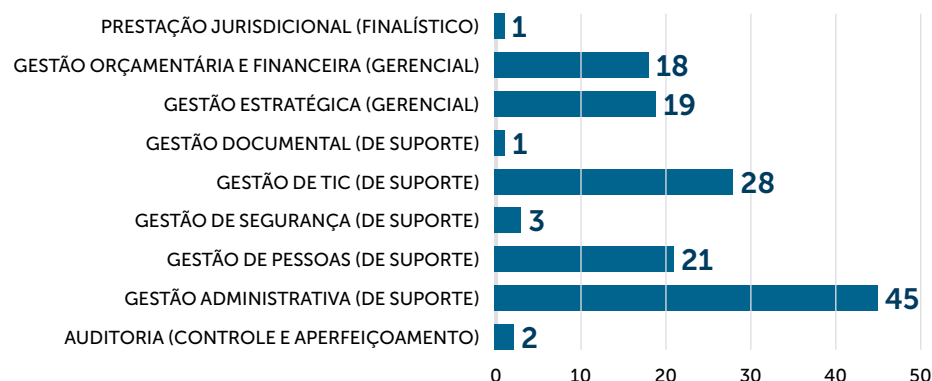
[GRÁFICO 1] Distribuição dos objetos por Coordenadoria - 2022



[GRÁFICO 2] Classes dos objetos - 2022



[GRÁFICO 3] Distribuição dos objetos por macroprocessos - 2022



vância para a Instituição) 138 objetos que estão distribuídos em atividade, plano, processo, subprocesso e tema, conforme demonstrados nos gráficos a seguir.

No contexto deste Plano Diretor, a avaliação e a classificação do universo de auditoria servem para indicar os objetos a serem priorizados nos planos operacionais a cada ano. Assim, os planejamentos anuais de auditoria deverão apontar os objetos, com observância da classificação do universo de auditoria e as devidas atualizações por ocasião de sua elaboração. Registre-se que a premissa para a seleção dos objetos é o respeito à ordem de classificação definida pelo ISO (Índice de Significância do Objeto), admitindo-se poucas variações, desde que justificadas.

Em 2023 teve início o trabalho de elaboração da nova metodologia para apuração do Universo de Auditoria. No entanto, em função dos prazos estabelecidos no planejamento da unidade, não foi possível concluir o novo método em tempo de aplicação nesta revisão e consequente utilização para definição dos objetos de auditoria para o planejamento de 2024.

Assim, os resultados apurados com a metodologia aplicada em 2022 serão mantidos e subsidiarão a análise e a seleção dos objetos de auditoria do exercício de 2024.●

7

Mapa estratégico



A

ssim como no âmbito institucional, o mapa estratégico da AUD foi criado com base no modelo *BSC – Balanced Scorecard* e amparou-se em estratégias agrupadas em 3 perspectivas: pessoas e recursos; processos internos e resultados.

Mapa Estratégico da Secretaria de Auditoria Interna do STJ Ciclo 2022 - 2025

MISSÃO

Proteger e aumentar o valor do Superior Tribunal de Justiça, fornecendo avaliação, consultoria e conhecimento objetivos baseados em riscos.

VISÃO

Ser reconhecida pelas unidades do Tribunal pela excelência no exercício da atividade de Auditoria Interna e respeitada pelo valor que agrega à gestão dos processos institucionais e à governança do STJ.

RESULTADOS

✓ Promover a qualidade e a efetividade da atividade de Auditoria Interna

✓ Contribuir para a melhoria da eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos no Tribunal

✓ Fortalecer a imagem da AUD

PROCESSOS INTERNOS

✓ Aprimorar a função consultoria da Auditoria Interna

✓ Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD

✓ Aperfeiçoar a gestão de riscos na Auditoria Interna

✓ Aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades do Tribunal

PESSOAS E RECURSOS

✓ Desenvolver as competências dos auditores

✓ Intensificar o uso de tecnologias para automação de processos de trabalho da AUD

✓ Implementar ações de valorização do servidor da AUD

VALORES



ACESSIBILIDADE



APRENDIZAGEM CONTÍNUA



COMPROMETIMENTO



ÉTICA



SUSTENTABILIDADE



TRANSPARÊNCIA

8

Objetivos estratégicos da AUD

Os objetivos estratégicos da AUD agrupam-se em 3 (três) perspectivas que representam aspectos importantes para a Secretaria. Na análise realizada pelos gestores, entendeu-se que elas são suficientes e adequadas para abranger as questões críticas. Os objetivos a elas vinculados possuem um ou mais indicadores relacionados que poderão direcionar as ações da unidade durante o ciclo deste Plano Diretor.

Dada a natureza das atribuições desta Unidade, os objetivos da AUD se alçam no objetivo estratégico do STJ de “Aprimorar a governança institucional”. Dessa forma, contribuir para a melhoria da governança do Tribunal é o intento de todos os objetivos estratégicos da Secretaria de Auditoria Interna.

Diante dos desafios apresentados, foram definidos 10 (dez) objetivos estratégicos, nos quais estarão concentrados os esforços de todo o corpo técnico e gerencial em busca de resultados melhores e mais satisfatórios. Abaixo apresentam-se as descrições de como esses objetivos são traduzidos às equipes da AUD.

8.1 Perspectiva Pessoas e recursos



Desenvolver as competências dos auditores: assegurar que as equipes estejam preparadas, em aspectos técnicos e comportamentais, para o avanço no desempenho das atribuições da Secretaria de Auditoria Interna. Esse progresso será fomentado para as atividades finalísticas de avaliação e de consultoria, como também para o desenvolvimento da capacidade da AUD de inovar, mapear processos, comunicar-se e reter talentos.



Intensificar o uso de tecnologias para automação de processos de trabalho da AUD: empregar aplicações tecnológicas para automatizar processos de trabalho, ou etapas destes, bem como desenvolver a cultura de utilização desses recursos para a evolução das atividades de auditoria interna. Nesse sentido, pretende-se promover um aproveitamento uniforme da tecnologia entre as subunidades que compõem a AUD. O contexto desafia, ainda, a implementação de sistema voltado à gestão dos trabalhos de auditoria.



Implementar ações de valorização do servidor da AUD: As ações envolvidas nesse objetivo devem contribuir positivamente para a satisfação, estímulo e reconhecimento dos servidores, para o incentivo à inovação, para o comprometimento das pessoas e para a retenção de talentos.

8.2 Perspectiva Processos Internos



Aprimorar a função consultoria da Auditoria Interna: proporcionar aos servidores da unidade de Auditoria Interna o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades - técnicas e comportamentais, e atitudes, de forma a habilitá-los na implementação da função consultoria da Auditoria Interna, no âmbito do STJ, bem como na execução dos tipos de consultoria e respectivos parâmetros previstos na Resolução CNJ n. 309/2020, art. 58 ao 61.



Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD: implementar, com a participação de toda a equipe da AUD, processos, métodos e técnicas que propiciem uma maior efetividade na gestão do planejamento das atividades de auditoria e das fases de execução e acompanhamento das ações estabelecidas.



Aperfeiçoar a gestão de riscos na Auditoria Interna: implementar processos, métodos, técnicas e controles que propiciem maior efetividade na gestão de riscos, ou seja, que contribuam para assegurar que os principais riscos do negócio sejam geridos de forma apropriada.



Aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades do Tribunal: aprimorar os mecanismos de diálogo com os públicos interno e externo à AUD por meio da implementação de ações com foco em uma comunicação compreensível e efetiva.

8.3 Perspectiva Resultados



Promover a qualidade e a efetividade da atividade de Auditoria Interna: garantir a atuação orientada para maior efetividade na execução da atividade de auditoria interna, assegurando que os serviços prestados atendam aos requisitos exigidos pelas entidades profissionais e órgãos de controle.



Contribuir para a governança, a gestão de riscos e controles no Tribunal: desenvolver iniciativas relacionadas à promoção da governança, da gestão de riscos e da implementação dos respectivos controles pelas unidades do Tribunal, por meio das atividades de auditoria interna.



Fortalecer a Imagem da AUD: reforçar a imagem da AUD perante as unidades auditadas, oferecendo serviços de auditoria de qualidade com comunicação efetiva dos resultados e do valor que gera para o STJ.●

9

Indicadores e metas

Os indicadores mensurados pela AUD guardam relação e alinham-se com os objetivos estratégicos definidos neste Plano. Com base nesse entendimento, foi possível definir parâmetros para orientar os esforços e realizar os ajustes necessários à evolução dos resultados planejados para o período.

O conjunto de indicadores que contemplam os resultados e o desempenho da AUD estão abaixo relacionados:

9.1 Perspectiva Pessoas e Recursos



Objetivo Estratégico da AUD:

Desenvolver as competências dos auditores

Indicador	Servidores capacitados em temas relacionados à atividade de auditoria			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mensura a quantidade média de horas de capacitação realizada pelos servidores da AUD em temas vinculados às competências necessárias à AUD.			
Meta	Atingir a média de 70 horas de capacitação pelos servidores da AUD em temas relacionados à atividade de auditoria.			
Linha de Base	84,73 h (2020)			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	70h	70h	70h	70h



Objetivo Estratégico da AUD:

Intensificar o uso de tecnologias para automação de processos de trabalho da AUD

Indicador	Implementar ações automatizadas nos processos de trabalho			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede o número de ações automatizadas implementadas nos processos de trabalho da AUD.			

Indicador	Implementar ações automatizadas nos processos de trabalho			
Meta	Implementar 10 ações de automatização nos processos de trabalho até 2025, sendo 2 por subunidade (em 2025 Gabinete também entra).			
Linha de Base	Não há			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	-	-	8	10



Objetivo Estratégico da AUD:

Implementar ações de valorização do servidor da AUD

Indicador	Valorização do Servidor da AUD			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede a percepção de valorização dos servidores da AUD em relação ao ambiente de trabalho na Secretaria.			
Meta	Obter 85% de satisfação do servidor com a AUD, até dezembro de 2025.			
Linha de Base	Não há			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	70%	75%	80%	85%

9.2 Perspectiva Processos Internos



Objetivo Estratégico da AUD:

Aprimorar a função consultoria da Auditoria Interna

Indicador	Realização das consultorias			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede o número de consultorias realizadas pela AUD.			
Meta	Garantir a realização anual de 6 ações de consultoria até 2025.			
Linha de Base	Não há			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	4	4	5	6



Objetivo Estratégico da AUD:

Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD

Indicador	Nível de Qualidade do Elemento Planejamento do Trabalho no PAQMAI			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede o percentual de efetividade do planejamento dos trabalhos de auditoria interna, por meio do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da AI.			
Meta	Alcançar o nível 5 (avançado) em grau de qualidade do elemento "planejamento do trabalho" de auditoria até o ano de 2025.			

Indicador	Nível de Qualidade do Elemento Planejamento do Trabalho no PAQMAI			
Linha de Base	Não há			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	4	4	4	5

Indicador	Realização do Plano Anual de Auditoria			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede o percentual de conclusão dos trabalhos de auditoria interna, planejados para o exercício.			
Meta	Alcançar, no mínimo, 90% dos trabalhos de auditoria interna, previstos no Plano Operacional, Dimensão PAA, até o ano de 2025.			
Linha de Base	Não há			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	75%	80%	85%	90%



Objetivo Estratégico da AUD:

Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna

Indicador	Ações Realizadas na AUD que contribuem para a Gestão de Riscos e Controles Internos			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede a evolução quantitativa da gestão de riscos nos processos de trabalho da auditoria interna.			
Meta	Realizar, no mínimo, 26 ações de contribuição para a gestão de riscos e controles no Tribunal, até 2025.			
Linha de Base	Não há			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	-	-	12	14



Objetivo Estratégico da AUD:

Aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades do Tribunal

Indicador	Efetividade da comunicação em auditorias			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede o percentual de efetividade da comunicação dos resultados dos trabalhos contínuos de auditoria interna.			
Meta	Alcançar o nível 5 (avançado) em grau de qualidade da comunicação até o ano de 2025.			
Linha de Base	Nível 4 (2020)			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	Nível 4	Nível 4	Nível 4	Nível 5

Indicador	Percepção interna da comunicação			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede o percentual de satisfação do servidor da AUD quanto aos quesitos relacionados à efetividade da comunicação interna.			
Meta	Alcançar a média de 85% na avaliação da percepção interna da comunicação emitida pela AUD.			
Linha de Base	Não há			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	70%	75%	80%	85%

9.3 Perspectiva Resultados



Objetivo Estratégico da AUD:

Promover a qualidade e a efetividade da atividade de auditoria interna

Indicador	Índice geral de avaliação contínua - IGAC			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede o nível de qualidade dos trabalhos da auditoria interna, de acordo com o PAQMAI – <i>Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna</i> .			
Meta	Alcançar o nível 5 (avançado) em grau de qualidade dos trabalhos de auditoria interna até o final de 2025.			
Linha de Base	Nível 4 (2020)			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	Nível 4	Nível 4	Nível 4	Nível 5



Objetivo Estratégico da AUD:

Contribuir para a Governança, a Gestão de Riscos e os Controles Internos no Tribunal

Indicador	Nível de percepção da contribuição da Auditoria Interna para a Governança			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede bianualmente a percepção das unidades auditadas em relação à contribuição da AUD para a governança do Tribunal.			
Meta	Alcançar 80% de concordância com os itens do questionário que avalia a contribuição da AUD para a governança do STJ até 2025.			
Linha de Base	Não há			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	70%	70%	75%	80%

Indicador	Percentual de Recomendações Implementadas			
Objetivo estratégico do STJ	Atendimento às Recomendações .			
Descrição	Mede o percentual de recomendações emitidas pela AUD que foram implementadas pelas unidades auditadas.			

Indicador	Percentual de Recomendações Implementadas			
Meta	Atender 75% das recomendações expedidas classificadas como estruturantes, corretivas e orientadoras, até dezembro de 2025.			
Linha de Base	Indicador Estratégico "Atendimento às Recomendações".			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	-	-	70%	75%

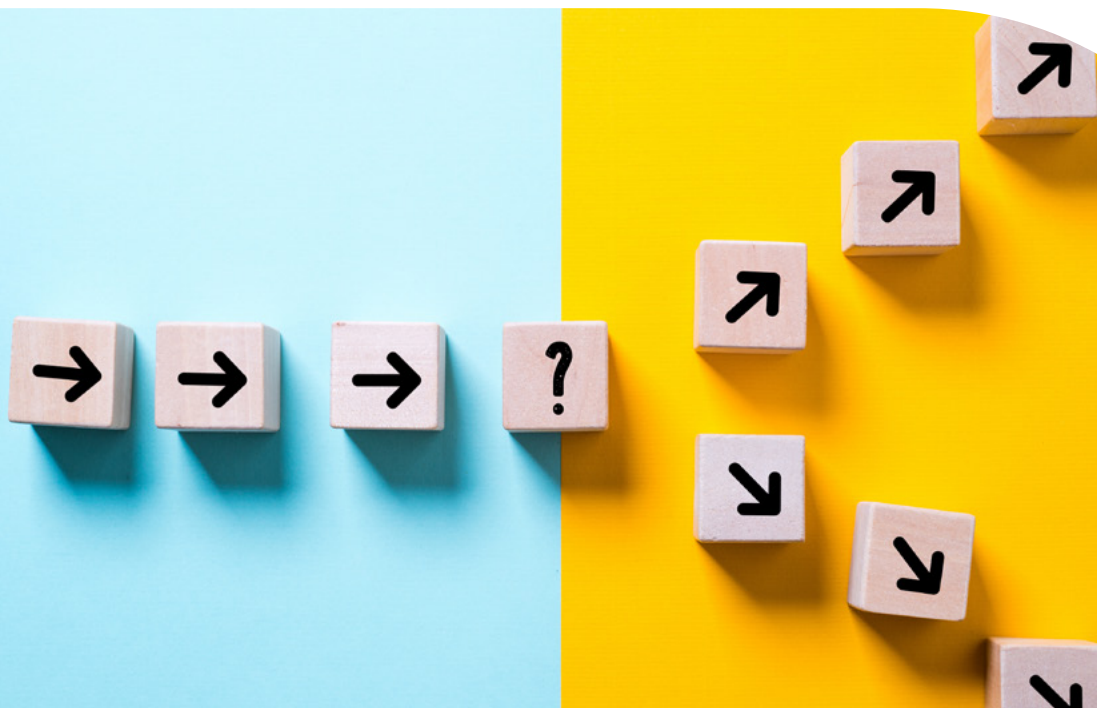
Indicador	Trabalhos de Auditoria que Avaliaram Controles Internos			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede o percentual de trabalhos de auditoria que avaliaram formalmente os controles internos das unidades auditadas.			
Meta	Alcançar 80% dos trabalhos de auditoria que avaliaram formalmente os controles internos das unidades auditadas pela AUD até 2025.			
Linha de Base	Não há			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	-	-	70%	80%



Objetivo Estratégico da AUD:

Fortalecer a imagem da AUD

Indicador	Satisfação com a AUD			
Objetivo estratégico do STJ	Aprimorar a governança institucional.			
Descrição	Mede o nível de satisfação das unidades auditadas com os serviços prestados pela AUD.			
Meta	Alcançar 85% de satisfação com os serviços de Auditoria Interna prestados pela AUD até 2025.			
Linha de Base	Não há			
Ano	2022	2023	2024	2025
Metas anuais	70%	75%	80%	85%



10

Plano de Desenvolvimento do Auditor 2022-2025



A

Instrução Normativa STJ/GP n. 18 de 01 de junho de 2022, que instituiu a Política de Capacitação e Desenvolvimento de Competências da Secretaria de Auditoria Interna do STJ, trouxe em seu capítulo II instrumentos da política de capacitação e desenvolvimento, dentre os quais pode-se destacar o Plano de Desenvolvimento do Auditor – PDA.

O PDA é um instrumento estratégico que contém os temas necessários à capacitação e ao desenvolvimento dos servidores da AUD, para aquisição e aprimoramento de competências que lhe forem comuns, consoante às atribuições do cargo e, ainda, a sua área de atuação.

O instrumento em tela, conforme art. 10 da mencionada Instrução Normativa, deve integrar o Plano Diretor da AUD [\[anexo E\]](#), tendo o mesmo período de vigência deste, e deverá ser revisto nas mesmas condições estabelecidas para o Plano Diretor e para a Política de Capacitação e Desenvolvimento de Competências as Secretaria de Auditoria Interna.●

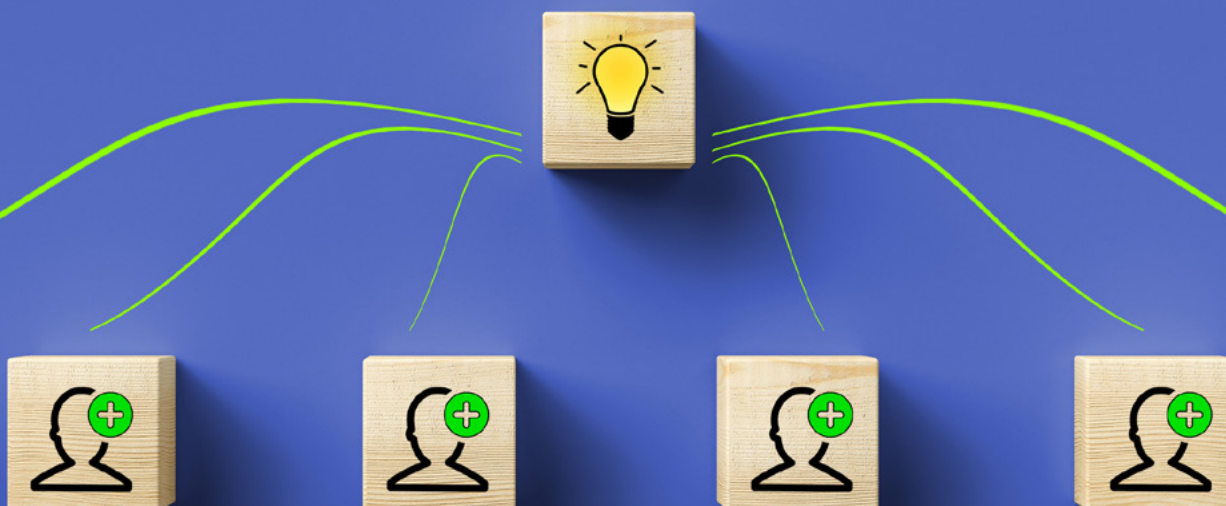


11

Monitoramento das metas

O monitoramento das metas dos indicadores constantes deste Plano será realizado quadrimestralmente, seguindo as diretrizes estabelecidas na Metodologia do *Alinhamento Estratégico do STJ*, publicada em outubro de 2021 (e atualizada em junho de 2022), momento em que serão tomadas as medidas corretivas e propositivas necessárias para o direcionamento das atividades da Secretaria de Auditoria Interna aos resultados esperados.

Registre-se que a Secretaria de Auditoria Interna, em atendimento ao contido no art. 5º da Resolução CNJ n. 308/2020, emitirá [relatório anual das atividades](#) desempenhadas no exercício anterior. O referido documento será encaminhado ao órgão colegiado competente do tribunal e, posteriormente, será divulgado às partes interessadas.



12

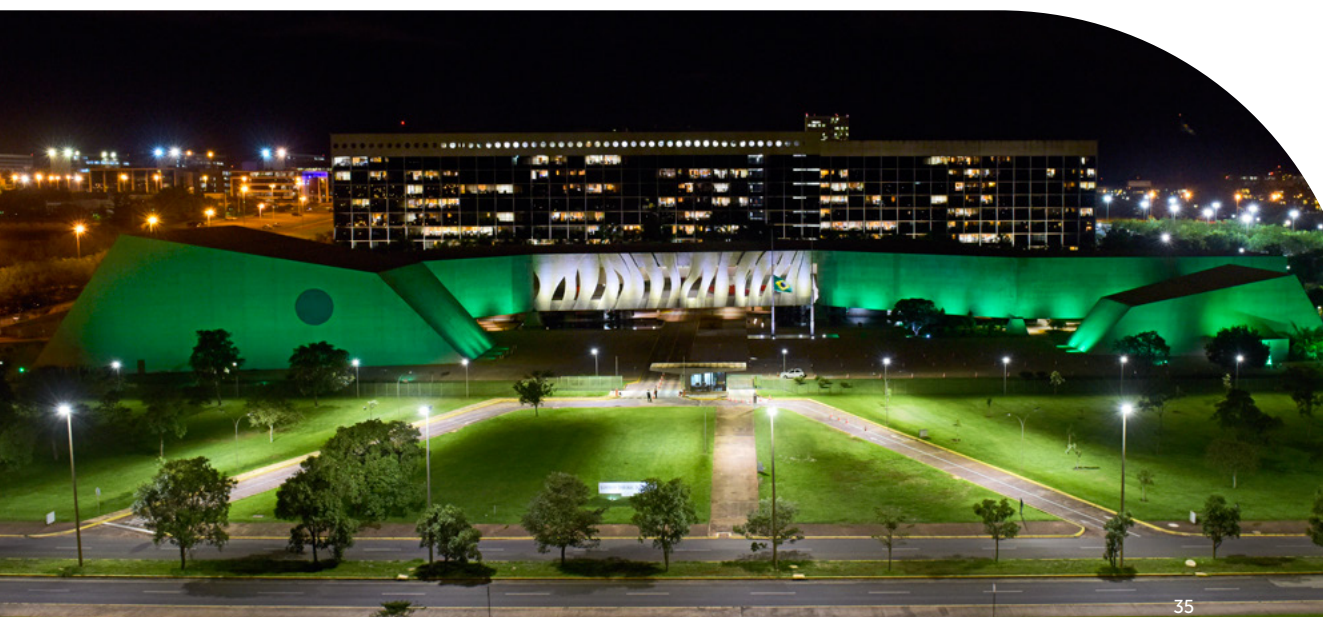
Considerações finais

Esse documento atende às exigências da Resolução CNJ n. 309, de 11 de março de 2020, que aprovou as diretrizes técnicas das atividades de auditoria interna governamental do Poder Judiciário, especialmente no que diz respeito ao processo de planejamento das auditorias.

Assim como preconiza a referida Resolução em sua Seção IV (do Planejamento das Auditorias), a Secretaria de Auditoria Interna, durante a elaboração deste Plano Diretor para o ciclo 2022 – 2025, considerou os objetivos estratégicos do STJ, bem como a percepção das prioridades institucionais, baseando-se no Plano Estratégico do Tribunal e na contribuição das unidades auditadas.

Para fins de realização dos trabalhos, este documento traz as diretrizes a serem seguidas e, de forma expressa, os temas auditáveis avaliados com base nos critérios de materialidade, risco e relevância para a Instituição, estando em estreita harmonia com os objetivos do Tribunal.

Considerando a possibilidade de mudanças nos contextos interno e externo à auditoria, e para manter o contínuo aprimoramento deste Plano, entende-se necessária a atualização periódica deste documento. Dessa forma, em consonância com os objetivos estratégicos institucionais, este Plano Diretor foi revisado no final do exercício de 2023.



Anexo - Resultado da avaliação do universo de Auditoria

A Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações – CAUC

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ⁴	Índice de riscos ⁵	Índice de materialidade ⁶	Indicador de significância do objeto - ISO ⁷	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
1	Plano de Contratações e Aquisições	Plano	1,85	0,56	1,00	3,41	Gestão Administrativa (de suporte)
2	Planejamento das Contratações	Processo	1,85	0,49	1,00	3,34	Gestão Administrativa (de suporte)
3	Controles Internos no Processo de Planejamento da Contratação	Processo	1,80	0,49	1,00	3,29	Gestão Administrativa (de suporte)
4	Governança das Aquisições	Processo	1,80	0,49	1,00	3,29	Gestão Administrativa (de suporte)
5	Gestão de Riscos na Contratação	Processo	1,80	0,49	1,00	3,29	Gestão Administrativa (de suporte)
6	Termo de Referência e Projeto Básico	Subprocesso	1,67	0,49	1,00	3,16	Gestão Administrativa (de suporte)
7	Estimativa de Preços	Atividade	1,71	0,42	1,00	3,13	Gestão Administrativa (de suporte)
8	Estimativa de Quantidade	Atividade	1,67	0,42	1,00	3,09	Gestão Administrativa (de suporte)
9	Estudos Técnicos Preliminares	Subprocesso	1,58	0,42	1,00	3,00	Gestão Administrativa (de suporte)

4 Valor máximo de referência: 2,25, que corresponde a 45% do valor máximo do ISO (5x0,45=2,25).

5 Valor máximo de referência: 1,75, que corresponde a 35% do valor máximo do ISO (5x0,35=1,75).

6 Valor máximo de referência: 1,00, que corresponde a 20% do valor máximo do ISO (5x0,20=1,00).

7 Corresponde à soma dos índices de relevância, de riscos e de materialidade, podendo assumir o valor de 0 a 5.

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ⁴	Índice de riscos ⁵	Índice de materialidade ⁶	Indicador de significância do objeto - ISO ⁷	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
10	Gestão de Passagens Aéreas	Tema	1,53	0,70	0,40	2,63	Gestão Administrativa (de suporte)
11	Critérios de Habilitação	Atividade	0,90	0,70	1,00	2,60	Gestão Administrativa (de suporte)
12	Reequilíbrio Econômico-Financeiro	Atividade	1,04	0,56	1,00	2,60	Gestão Administrativa (de suporte)
13	Credenciamento do Pró-Ser	Processo	0,81	0,77	1,00	2,58	Gestão Administrativa (de suporte)
14	Fiscalização de Contratos	Processo	1,26	0,28	1,00	2,54	Gestão Administrativa (de suporte)
15	Gestão de Contratos	Processo	1,26	0,28	1,00	2,54	Gestão Administrativa (de suporte)
16	Gestão dos Contratos de Terceirização	Tema	1,26	0,28	1,00	2,54	Gestão Administrativa (de suporte)
17	Gestão de Frotas	Tema	1,04	0,70	0,80	2,54	Gestão Administrativa (de suporte)
18	Controles Internos no Processo de Gestão de Contratos	Processo	1,22	0,28	1,00	2,50	Gestão Administrativa (de suporte)
19	Contratação Direta	Processo	1,22	0,63	0,60	2,45	Gestão Administrativa (de suporte)
20	Gestão de Operacionalização da Conta Vinculada	Tema	1,31	0,28	0,80	2,39	Gestão Administrativa (de suporte)
21	Seleção do Fornecedor	Processo	1,04	0,35	1,00	2,39	Gestão Administrativa (de suporte)
22	Controles Internos no Processo de Fiscalização de Contratos	Processo	1,08	0,28	1,00	2,36	Gestão Administrativa (de suporte)
23	Edital e Minuta Contrato/ ARP/Cessão de Uso/ Termo Aditivo/Termo Apostilamento	Subprocesso	1,04	0,28	1,00	2,32	Gestão Administrativa (de suporte)

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ⁴	Índice de riscos ⁵	Índice de materialidade ⁶	Indicador de significância do objeto - ISO ⁷	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
24	Dispensa de Licitação	Processo	1,04	0,63	0,60	2,27	Gestão Administrativa (de suporte)
25	Inexigibilidade de Licitação	Processo	1,22	0,63	0,40	2,25	Gestão Administrativa (de suporte)
26	Obrigações da Contratada e respectivas Sanções	Atividade	0,86	0,28	1,00	2,14	Gestão Administrativa (de suporte)
27	Gestão da Cessão de Espaço Público	Tema	0,95	0,56	0,20	1,71	Gestão Administrativa (de suporte)
28	Gestão de Contratos de Obras e Reformas	Tema	1,08	0,42	0,20	1,70	Gestão Administrativa (de suporte)
29	Recebimento Provisório e Definitivo	Atividade	0,95	0,35	0,40	1,70	Gestão Administrativa (de suporte)
30	Alienação(Doação/Desfazimento de Bens)	Processo	0,95	0,49	0,20	1,64	Gestão Administrativa (de suporte)
31	Garantia Contratual	Atividade	0,59	0,42	0,60	1,61	Gestão de Segurança (de suporte)
32	Gestão de Combustíveis	Tema	0,81	0,56	0,20	1,57	Gestão Administrativa (de suporte)
33	Convênio, Ajustes e Congêneres	Processo	0,68	0,42	0,40	1,50	Gestão Administrativa (de suporte)
34	Gestão de Suprimento de Fundos	Tema	0,50	0,28	0,20	0,98	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)

B Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão – CAUG

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ⁸	Índice de riscos ⁹	Índice de materialidade ¹⁰	Indicador de significância do objeto - ISO ¹¹	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
1	Metodologia Adotada para a Elaboração do Planejamento Estratégico	Tema	1,94	0,63	0,20	2,77	Gestão Estratégica (gerencial)
2	Avaliação de Riscos: estratégicos, táticos e operacionais.	Tema	1,89	0,49	0,20	2,58	Gestão Estratégica (gerencial)
3	Procedimentos Adotados para o Controle do Consumo e Reposição de Estoque	Processo	1,76	0,49	0,20	2,45	Gestão Administrativa (de suporte)
4	Gestão de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV	Processo	1,53	0,70	0,20	2,43	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
5	Respostas a Riscos	Tema	1,53	0,63	0,20	2,36	Gestão Estratégica (gerencial)
6	Gestão documental	Tema	1,53	0,63	0,20	2,36	Gestão Documental (de suporte)
7	Procedimentos para Classificação e Execução de Despesas	Processo	1,71	0,42	0,20	2,33	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
8	Governança - Mecanismo Estratégia	Tema	1,49	0,63	0,20	2,32	Gestão Estratégica (gerencial)

8 Valor máximo de referência: 2,25, que corresponde a 45% do valor máximo do ISO (5x0,45=2,25).

9 Valor máximo de referência: 1,75, que corresponde a 35% do valor máximo do ISO (5x0,35=1,75).

10 Valor máximo de referência: 1,00, que corresponde a 20% do valor máximo do ISO (5x0,20=1,00).

11 Corresponde à soma dos índices de relevância, de riscos e de materialidade, podendo assumir o valor de 0 a 5.

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ⁸	Índice de riscos ⁹	Índice de materialidade ¹⁰	Indicador de significância do objeto - ISO ¹¹	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
9	Fixação de Objetivos: estratégicos, táticos e operacionais	Tema	1,62	0,49	0,20	2,31	Gestão Estratégica (gerencial)
10	Linhas de Defesa	Tema	1,62	0,49	0,20	2,31	Auditoria (controle e aperfeiçoamento)
11	Estoques	Processo	1,40	0,63	0,20	2,23	Gestão Administrativa (de suporte)
12	Ambiente de Controle Interno (governança, controles internos e riscos)	Tema	1,53	0,49	0,20	2,22	Auditoria (controle e aperfeiçoamento)
13	Procedimentos para a Elaboração e o Acompanhamento da Execução da Proposta Orçamentária	Processo	1,17	0,84	0,20	2,21	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
14	Demonstrações Contábeis	Processo	1,58	0,42	0,20	2,20	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
15	Atividades de Controle (governança, controles internos e riscos)	Tema	1,71	0,28	0,20	2,19	Auditoria (controle e aperfeiçoamento)
16	Governança - Mecanismo Controle	Tema	1,53	0,42	0,20	2,15	Auditoria (controle e aperfeiçoamento)
17	Monitoramento (governança, controles internos e riscos)	Tema	1,58	0,28	0,20	2,06	Auditoria (controle e aperfeiçoamento)
18	Metodologia Adotada para Monitoramento do Planejamento Estratégico	Tema	1,49	0,35	0,20	2,04	Gestão Estratégica (gerencial)

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ⁸	Índice de riscos ⁹	Índice de materialidade ¹⁰	Indicador de significância do objeto - ISO ¹¹	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
19	Indicadores Externos (IGOV CNJ)	Tema	1,49	0,28	0,20	1,97	Gestão Estratégica (gerencial)
20	Sustentabilidade - Compras Públicas Sustentáveis	Tema	1,17	0,56	0,20	1,93	Gestão Administrativa (de suporte)
21	ENFAM	Tema	0,68	1,05	0,20	1,93	Gestão Estratégica (gerencial)
22	Gestão do desempenho organizacional: monitoramento e avaliação de resultados	Tema	1,31	0,42	0,20	1,93	Gestão Estratégica (gerencial)
23	Gestão da Integridade e Ética Pública	Tema	1,22	0,49	0,20	1,91	Gestão de Pessoas (de suporte)
24	Constituição e Execução de Restos a Pagar	Processo	0,86	0,84	0,20	1,90	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
25	Sustentabilidade - Análise do Ciclo de Vida	Tema	1,13	0,56	0,20	1,89	Gestão Administrativa (de suporte)
26	Sustentabilidade - Construções Sustentáveis	Tema	1,08	0,56	0,20	1,84	Gestão Administrativa (de suporte)
27	Demandas Judiciais Administrativas	Tema	0,90	0,70	0,20	1,80	Prestação Jurisdicional (finalístico)
28	Metodologia Adotada para Gerenciamento de Projetos	Tema	1,04	0,56	0,20	1,80	Gestão Estratégica (gerencial)
29	Procedimentos para Classificação e Reconhecimento de Receitas	Processo	1,08	0,49	0,20	1,77	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
30	Metodologia Adotada para o Alinhamento Estratégico	Tema	1,13	0,42	0,20	1,75	Gestão Estratégica (gerencial)
31	Constituição de Provisões e do Registro em Contas de Adiantamento	Processo	1,26	0,28	0,20	1,74	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ⁸	Índice de riscos ⁹	Índice de materialidade ¹⁰	Indicador de significância do objeto - ISO ¹¹	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
32	Notas Explicativas	Processo	1,26	0,28	0,20	1,74	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
33	Procedimentos Relacionados à Gestão dos Bens Móveis	Processo	0,99	0,49	0,20	1,68	Gestão Administrativa (de suporte)
34	Pró-Ser	Tema	0,54	0,84	0,20	1,58	Gestão de Pessoas (de suporte)
35	Composição das Disponibilidades Financeiras	Processo	1,13	0,21	0,20	1,54	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
36	Sustentabilidade - Gestão de Resíduos	Tema	0,77	0,56	0,20	1,53	Gestão Administrativa (de suporte)
37	Metodologia Adotada para a Mensuração e Avaliação de Custos e Custos Obtidos	Tema	0,77	0,56	0,20	1,53	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
38	Governança - Mecanismo Liderança	Tema	0,86	0,42	0,20	1,48	Gestão Estratégica (gerencial)
39	Informações e Comunicações (governança, controles internos e riscos)	Tema	0,99	0,28	0,20	1,47	Auditoria (controle e aperfeiçoamento)
40	Procedimentos Relacionados à Gestão de Bens Imóveis	Processo	0,68	0,56	0,20	1,44	Gestão Administrativa (de suporte)
41	Gestão da inovação institucional	Tema	0,77	0,42	0,20	1,39	Gestão Estratégica (gerencial)
42	Resultado da Gestão Orçamentária	Tema	0,59	0,56	0,20	1,35	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
43	Gestão da Segurança Institucional	Tema	0,86	0,28	0,20	1,34	Gestão de Segurança (de suporte)

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ⁸	Índice de riscos ⁹	Índice de materialidade ¹⁰	Indicador de significância do objeto - ISO ¹¹	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
44	Procedimentos de Depreciação, Amortização, Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável	Processo	0,50	0,63	0,20	1,33	Gestão Administrativa (de suporte)
45	Sustentabilidade - Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	Tema	0,54	0,56	0,20	1,30	Gestão Administrativa (de suporte)
46	Sustentabilidade - Qualidade de Vida	Tema	0,68	0,42	0,20	1,30	Gestão Administrativa (de suporte)
47	Representações do STJ	Tema	0,45	0,56	0,20	1,21	Gestão de Segurança (de suporte)
48	Constituição de Ativos e Passivos Contingentes	Processo	0,59	0,42	0,20	1,21	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
49	Adequação dos Lançamentos às Contas Definidas no Plano de Contas da União	Tema	0,59	0,28	0,20	1,07	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
50	Registro de Atos Administrativos	Processo	0,45	0,14	0,20	0,79	Gestão Administrativa (de suporte)
51	Procedimentos para Reconhecimento, Baixa e Mensuração de Ativos e Passivos	Processo	0,45	0,14	0,20	0,79	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
52	Transferências Financeiras/ Orçamentárias Recebidas/ Concedidas	Processo	0,45	0,14	0,20	0,79	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
53	Registros Independentes da Execução Orçamentária	Processo	0,45	0,14	0,20	0,79	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)

C Coordenadoria de Auditoria de Pessoal – CAUP

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ¹²	Índice de riscos ¹³	Índice de materialidade ¹⁴	Indicador de significância do objeto - ISO ¹⁵	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
1	Remuneração	Processo	1,76	0,70	1,00	3,46	Gestão de Pessoas (de suporte)
2	Descontos	Processo	1,53	0,70	1,00	3,23	Gestão de Pessoas (de suporte)
3	Benefícios	Processo	1,04	0,98	1,00	3,02	Gestão de Pessoas (de suporte)
4	Provimento e vacância	Processo	1,40	0,98	0,40	2,78	Gestão de Pessoas (de suporte)
5	Gestão da força de trabalho	Temática	1,53	0,91	0,20	2,64	Gestão de Pessoas (de suporte)
6	Recrutamento e seleção	Temática	1,40	0,98	0,20	2,58	Gestão de Pessoas (de suporte)
7	Governança de pessoas	Temática	1,44	0,91	0,20	2,55	Gestão de Pessoas (de suporte)
8	Férias	Processo	1,13	0,91	0,40	2,44	Gestão de Pessoas (de suporte)
9	Auxílios	Processo	1,04	0,98	0,40	2,42	Gestão de Pessoas (de suporte)
10	Acumulação de cargos	Temática	1,35	0,77	0,20	2,32	Gestão de Pessoas (de suporte)
11	Controle de frequência	Processo	1,26	0,84	0,20	2,30	Gestão de Pessoas (de suporte)

12 Valor máximo de referência: 2,25, que corresponde a 45% do valor máximo do ISO (5x0,45=2,25).

13 Valor máximo de referência: 1,75, que corresponde a 35% do valor máximo do ISO (5x0,35=1,75).

14 Valor máximo de referência: 1,00, que corresponde a 20% do valor máximo do ISO (5x0,20=1,00).

15 Corresponde à soma dos índices de relevância, de riscos e de materialidade, podendo assumir o valor de 0 a 5.

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ¹²	Índice de riscos ¹³	Índice de materialidade ¹⁴	Indicador de significância do objeto - ISO ¹⁵	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
12	Licenças	Processo	0,95	0,84	0,40	2,19	Gestão de Pessoas (de suporte)
13	Cadastro de servidores / Magistrados	Temática	0,99	0,98	0,20	2,17	Gestão de Pessoas (de suporte)
14	Ocupação de cargos gerenciais	Temática	1,31	0,63	0,20	2,14	Gestão de Pessoas (de suporte)
15	Nepotismo	Temática	1,17	0,70	0,20	2,07	Gestão de Pessoas (de suporte)
16	Acompanhamento e manutenção de pessoas	Temática	1,08	0,77	0,20	2,05	Gestão de Pessoas (de suporte)
17	Afastamentos	Processo	0,77	0,84	0,40	2,01	Gestão de Pessoas (de suporte)
18	Passagens e diárias	Processo	1,08	0,70	0,20	1,98	Gestão Administrativa (de suporte)
19	Adicionais	Processo	0,90	0,56	0,40	1,86	Gestão de Pessoas (de suporte)
20	Ressarcimento	Processo	1,08	0,56	0,20	1,84	Gestão de Pessoas (de suporte)
21	Política de capacitação	Temática	1,31	0,21	0,20	1,72	Gestão de Pessoas (de suporte)

D Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação – CAUT

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ¹⁶	Índice de riscos ¹⁷	Índice de materialidade ¹⁸	Indicador de significância do objeto - ISO ¹⁹	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
1	Gestão de Riscos de TIC	Processos	2,07	0,70	0,20	2,97	Gestão de TIC (de suporte)
2	Gestão das Aquisições de TI	Processos	2,07	0,56	0,20	2,83	Gestão de TIC (de suporte)
3	Gerenciamento da Capacidade e Disponibilidade	Processos	1,80	0,56	0,40	2,76	Gestão de TIC (de suporte)
4	Segurança da Informação	Processos	2,12	0,42	0,20	2,74	Gestão de TIC (de suporte)
5	Gestão de Continuidade	Processos	1,85	0,63	0,20	2,68	Gestão de TIC (de suporte)
6	Gerenciamento de Serviços de TI	Processos	1,85	0,63	0,20	2,68	Gestão de TIC (de suporte)
7	Gestão de Terceirização de Serviços de TI	Processos	1,53	0,63	0,20	2,36	Gestão de TIC (de suporte)
8	Governança de TIC - Mecanismo Liderança	Processos	1,58	0,56	0,20	2,34	Gestão de TIC (de suporte)
9	Governança de TIC - Mecanismo Controle	Subprocessos	1,53	0,56	0,20	2,29	Gestão de TIC (de suporte)
10	Governança de TIC - Mecanismo Estratégia	Subprocessos	1,67	0,42	0,20	2,29	Gestão de TIC (de suporte)
11	Planejamento de TIC	Subprocessos	1,44	0,63	0,20	2,27	Gestão de TIC (de suporte)
12	Conformidade (Resolução 370 CNJ)	Subprocessos	1,44	0,56	0,20	2,20	Gestão de TIC (de suporte)
13	Execução do PETI e PDTI	Processos	1,53	0,42	0,20	2,15	Gestão de TIC (de suporte)

16 Valor máximo de referência: 2,25, que corresponde a 45% do valor máximo do ISO (5x0,45=2,25).

17 Valor máximo de referência: 1,75, que corresponde a 35% do valor máximo do ISO (5x0,35=1,75).

18 Valor máximo de referência: 1,00, que corresponde a 20% do valor máximo do ISO (5x0,20=1,00).

19 Corresponde à soma dos índices de relevância, de riscos e de materialidade, podendo assumir o valor de 0 a 5.

Ordem	Objeto de Auditoria	Classe do Objeto	Índice de relevância ¹⁶	Índice de riscos ¹⁷	Índice de materialidade ¹⁸	Indicador de significância do objeto - ISO ¹⁹	Macroprocesso principal ao qual vincula-se
14	Governança de Dados	Processos	1,44	0,49	0,20	2,13	Gestão Estratégica (gerencial)
15	Gerenciamento de Mudança	Processos	1,40	0,49	0,20	2,09	Gestão de TIC (de suporte)
16	Gerenciamento de Programas e Projetos	Processos	1,40	0,49	0,20	2,09	Gestão de TIC (de suporte)
17	Cloud Computing	Processos	1,17	0,70	0,20	2,07	Gestão de TIC (de suporte)
18	Gerenciamento de Continuidade de Gestão	Subprocessos	1,22	0,56	0,20	1,98	Gestão de TIC (de suporte)
19	Virtualização	Processos	1,22	0,56	0,20	1,98	Gestão de TIC (de suporte)
20	Gerenciamento das Operações	Processos	1,26	0,49	0,20	1,95	Gestão de TIC (de suporte)
21	Gerenciamento de Infraestrutura	Processos	1,26	0,49	0,20	1,95	Gestão de TIC (de suporte)
22	Gestão de Orçamento de TIC	Processos	1,31	0,42	0,20	1,93	Gestão Orçamentária e Financeira (gerencial)
23	Gerenciamento de Desenvolvimento de Soluções	Processos	1,08	0,56	0,20	1,84	Gestão de TIC (de suporte)
24	Gerenciamento dos Incidentes e Problemas	Processos	1,17	0,42	0,20	1,79	Gestão de TIC (de suporte)
25	Gestão de Sustentabilidade em TI	Processos	1,22	0,35	0,20	1,77	Gestão de TIC (de suporte)
26	Gestão da Qualidade	Subprocessos	1,22	0,28	0,20	1,70	Gestão de TIC (de suporte)
27	Gestão do Conhecimento	Processos	1,04	0,42	0,20	1,66	Gestão de TIC (de suporte)
28	Gestão de Ativos de TI	Subprocessos	1,17	0,28	0,20	1,65	Gestão de TIC (de suporte)
29	Sistemas de Apoio a Decisão e Inovação	Processos	0,77	0,42	0,20	1,39	Gestão de TIC (de suporte)
30	Gestão de Inovação	Processos	0,68	0,42	0,20	1,30	Gestão de TIC (de suporte)

Anexo - Plano de Desenvolvimento do Auditor 2022-2025

E PDA 2022-2025

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO AUDITOR - 2022 - 2025

Programa	Evento de Treinamento e Desenvolvimento	Modalidade	Tipo	Fornecedores/ Fontes
Programa de Formação Básica	Aprendizagem Contínua	Presencial	Palestra	STJ
	Auditoria Governamental- Teoria e Prática	Presencial	Curso	Instrutor Interno
	AutoAvaliação de Controles - AAC	Presencial	Curso	IIA
	Compliance: Leis e Práticas	Presencial	Curso	STJ
	Comprometimento	Presencial	Palestra	STJ
	Conquistando Resultados com BSC	EAD	Curso	STJ
	Construção e Gerenciamento de Indicadores	EAD	Curso	STJ
	Ética, Conduta e Cidadania	Presencial	Curso	STJ
	Gestão da Mudança	Presencial	Cine Debate	STJ
	Gestão de Projetos	Híbrido	Curso	STJ
	Gestão do Conhecimento	EAD	Curso	STJ
	Mapeamento de Processos - Bizagi Modeler	Presencial	Curso	STJ
	Normas e Manuais de Auditoria	EAD	Curso	Instrutor Interno
	Normas Internacionais de Auditoria	EAD	Curso	Instrutor Interno
	Office 365 - Aplicativos	Presencial	Curso	STJ
Office Profissional - Access aplicado ao SARH	Presencial	Curso	STJ	

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO AUDITOR - 2022 - 2025				
Programa	Evento de Treinamento e Desenvolvimento	Modalidade	Tipo	Fornecedores/ Fontes
Programa de Formação Básica	Planejamento Estratégico para Organizações Públicas	EAD	Curso	Escola Virtual de Governo
	Power Business Intelligence	Presencial	Oficina	STJ
	Redação, Gramática e Interpretação de Textos	EAD	Curso	STJ
	SEI - Sistema Eletrônico de Informações - Básico	Presencial	Curso	STJ
	SEI - Sistema Eletrônico de Informações - Avançado	Presencial	Curso	STJ
	Sistemas Externos: SIAFI	EAD	Curso	ENAP/Escola Virtual de Governo
	Sistema Externos: Tesouro Gerencial	Presencial	Curso	ENAP
Programa de Formação Contínua	BCM - Business Continuity Management (Gerenciamento de Continuidade de Negócios)	Presencial	Palestra	A definir
	Controles Internos no Setor Público - Aquisições	Presencial	Palestra	A definir
	Controles Internos no Setor Público - Institucional	Presencial	Palestra	A definir
	Controles Internos no Setor Público - Gestão de Pessoas	Presencial	Palestra	A definir
	Controles Internos no Setor Público - Tecnologia da informação	Presencial	Palestra	A definir
	Gestão de Riscos no Setor Público - Aquisições	Presencial	Palestra	A definir
	Gestão de Riscos no Setor Público - Institucional	Presencial	Palestra	A definir
	Gestão de Riscos no Setor Público - Gestão de Pessoas	Presencial	Palestra	A definir
	Gestão de Riscos no Setor Público - Tecnologia da informação	Presencial	Palestra	A definir
	Governança das Aquisições	Presencial	Palestra	A definir
	Governança Institucional	Presencial	Palestra	A definir

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO AUDITOR - 2022 - 2025				
Programa	Evento de Treinamento e Desenvolvimento	Modalidade	Tipo	Fornecedores/ Fontes
Programa de Formação Contínua	Governança em Gestão de Pessoas	Presencial	Palestra	A definir
	Governança de Tecnologia da Informação	Presencial	Palestra	A definir
	Metodologia Coso ERM	Presencial	Palestra	IIA
	Metodologia Coso ICIF	Presencial	Palestra	IIA
	AUD 1 - EOP - Ênfase nos Órgãos Públicos	Presencial	Curso	IIA
	Aud 2 - EOP - Ênfase em Órgãos Públicos	Presencial	Curso	IIA
	Auditoria Baseada em Riscos - Etapa I	EAD	Curso	Instrutor Interno
	Auditoria Baseada em Riscos - Etapa II	EAD	Curso	Instrutor Interno
	Auditoria Baseada em Riscos - Prática	Presencial	Curso	Instrutor Interno
	Report	Presencial	Curso	IIA
	Contabilidade Pública	Presencial	Palestra	A definir
	Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência no Sistema epro	Presencial	Palestra	A definir
	Finanças Públicas	Presencial	Palestra	A definir
	Gestão e Fiscalização de Contratos	Presencial	Palestra	A definir
	Gestão de Pessoas	Presencial	Palestra	A definir
Gestão de TI (Continuidade de Negócios, MPS-BR, Projetos e Segurança)	Presencial	Palestra	A definir	
Gestão Orçamentária e Financeira	Presencial	Palestra	STJ	
Programa de Formação Técnica e Especializada	Jurisprudência do TCU, CNJ e Decisões dos Tribunais relacionados à Licitação e Contratos	Presencial	Palestra	A definir
	Jurisprudência do TCU, CNJ e Decisões dos Tribunais relacionados a temas Governamentais	Presencial	Palestra	A definir

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO AUDITOR - 2022 - 2025				
Programa	Evento de Treinamento e Desenvolvimento	Modalidade	Tipo	Fornecedores/ Fontes
Programa de Formação Técnica e Especializada	Jurisprudência do TCU, CNJ e Decisões dos Tribunais relacionados à Gestão de Pessoas	Presencial	Palestra	A definir
	Jurisprudência do TCU, CNJ e Decisões dos Tribunais relacionados à Tecnologia da Informação	Presencial	Palestra	A definir
	Legislação Específica e Correlata e Boas Práticas referente à Licitação e Contratos	Presencial	Palestra	A definir
	Legislação Específica e Correlata e Boas Práticas referente à temas Governamentais	EAD	Palestra	A definir
	Legislação Específica e Correlata e Boas Práticas referente à Gestão de Pessoas	Presencial	Palestra	A definir
	Legislação Específica e Correlata e Boas Práticas referente à Tecnologia da Informação	Presencial	Palestra	A definir
	Licitações e Contratos	Presencial	Palestra	A definir
	Medidas Antifraude e Anticorrupção	Presencial	Palestra	A definir
	Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Presencial	Palestra	A definir
	Normas e Elaboração de Demonstrativos Fiscais	Presencial	Palestra	Parceria
	Planejamento da Contratação	Presencial	Palestra	STJ
	Planilha de Custos e Formação de Preços nas Contratações de Serviços Continuados	Presencial	Palestra	STJ
	Previdência do Servidor	Presencial	Palestra	STJ
	Segurança da Informação	Presencial	Palestra	STJ
Governança de TI (COBIT, TOGAF)	Presencial	Palestra	A definir	
Programa de Formação Gerencial	Capacitação de Recursos e Negociação	Presencial	Palestra	STJ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO AUDITOR - 2022 - 2025				
Programa	Evento de Treinamento e Desenvolvimento	Modalidade	Tipo	Fornecedores/ Fontes
Programa de Formação Gerencial	Comunicação Efetiva e Influência Interpessoal	Presencial	Palestra	STJ
	Condução de Reuniões	Presencial	Palestra	STJ
	Estratégia, Planejamento e Indicadores	Presencial	Palestra	STJ
	Gestão de Conhecimento	Presencial	Palestra	STJ
	Gestão do Tempo	Presencial	Palestra	STJ
	Gestão Orientada para Resultados	Presencial	Palestra	STJ
	Liderança e Gestão de Equipes	Presencial	Palestra	STJ
	Negociação e Gestão de Conflitos	Presencial	Palestra	STJ
	Pensamento Analítico para a Solução de problemas	Presencial	Palestra	STJ
	Relacionamento Interpessoal	Presencial	Palestra	STJ
Visão Sistêmica	Presencial	Palestra	STJ	
Programa de Certificação em Auditoria	CIA - Certified Internal Auditor	Presencial	Palestra	IIA
	CRMA - Certificação em Garantia de Gestão de Riscos	Presencial	Palestra	IIA
	CFE - Certified Fraud Examiner	Presencial	Palestra	ACFE
	CRISC - Controle de Riscos e Sistemas de Informação	Presencial	Palestra	ICASA
	CISM - Gerente de Segurança de Informação	Presencial	Palestra	ICASA
	CGEIT - Governança de TI Corporativa	Presencial	Palestra	ICASA
	CISA - Certified Information System Auditor	Presencial	Palestra	ICASA
	GRCP - Globally Recognized Certification Professional	Presencial	Palestra	Open Compliance and Ethics Group (Grupo Aberto de Conformidade e Ética)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO AUDITOR - 2022 - 2025

Programa	Evento de Treinamento e Desenvolvimento	Modalidade	Tipo	Fornecedores/ Fontes
Programa de Certificação em Auditoria	GRCA - Globally Recognized Certification Professional Audit	Presencial	Palestra	Open Compliance and Ethics Group (Grupo Aberto de Conformidade e Ética)
	ITIL - It Infrastructure Library Foundation	Presencial	Palestra	MUNDOITIL
	CCEP-I - Certificado de Conformidade e Ética - Internacional	Presencial	Palestra	SCCE- Society Corporate Compliance and Ethics
	ISSO 9001:2015	Presencial	Palestra	A definir
	CSA Star	Presencial	Palestra	A definir
	Certificação CCSA - Segurança de Redes	Presencial	Palestra	A definir
	CPC - A - Certificação Profissional em Compliance Anticorrupção	Presencial	Palestra	LEC - Lec Certification Board e FGV - Projetos
	Cobit	Presencial	Palestra	A definir



STJ

| Secretaria de
Auditoria Interna



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna